

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 215-115513822 Fax: 251115 519321 website: www.africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO
DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
24 – 28 DE JUNHO DE 2008
SHARM-EL-SHEIKH, EGIPTO**

EX.CL/421(XIII)

**RELATÓRIO SOBRE PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO
AFRICANA COM O JAPÃO (TICAD IV), CHINA, AMÉRICA DO
SUL, ÍNDIA, TURQUIA E IRÃO**

**RELATÓRIO SOBRE PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO AFRICANA
COM O JAPÃO (TICAD IV), CHINA, AMÉRICA DO SUL, ÍNDIA, TURQUIA E
IRÃO**

O Conselho evoca a sua Decisão tomada na 12ª Sessão Ordinária sobre Parcerias Estratégicas da África (EX.CL/374(XII)) que solicitou a) a Comissão da UA a continuar a trabalhar em estreita colaboração com os órgãos relevantes da União para acelerar os progressos a esse respeito; b) a Comissão da UA e os Estados Membros a continuar a trabalhar firmemente com o Mecanismo de Coordenação criado pela primeira Cimeira África-América do Sul em Abuja no sentido de garantir a preparação adequada da segunda Cimeira África-América do Sul prevista para Novembro de 2008 na Venezuela; c) a Comissão da UA a tomar as medidas necessárias para garantir a realização bem sucedida da Cimeira África-Índia em Abril de 2008, e a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD IV) prevista para Maio de 2008 e a Cimeira África-Turquia em Agosto de 2008, em conformidade com a Decisão da Cimeira de Banjul; d) a Comissão da UA a fazer o seguimento deste processo e levar a cabo uma análise global de todas as parcerias existentes com vista a implementar efectivamente as estratégias e planos de acção estabelecidos entre a África e seus parceiros internacionais, racionalizar o número de Cimeiras, e identificar critérios para essas parcerias e fazer recomendações necessárias ao Conselho e à Conferência; e) o Comité de Representantes Permanentes a submeter as suas recomendações sobre o estudo acima mencionado antes de iniciar quaisquer novas parcerias estratégicas.

2. Na sequência desta Decisão, a Comissão intensificou esforços no sentido de reforçar e apoiar o processo de criação dessas parcerias de acordo com a directiva e orientação dadas pelo Conselho. Os esforços incidem em três direcções principais. Em primeiro lugar, consolidar e desenvolver as parcerias existentes em áreas identificadas e aprovadas pelo Conselho como as que exigem mais esforços. Em segundo lugar, analisar e racionalizar todas as actuais parcerias para assegurar a coerência e harmonia entre e no seio das relações existentes. Em terceiro lugar, determinar a viabilidade de novas abordagens ou solicitações no âmbito do processo de revisão e fazer isso em estreita colaboração com o Comité de Representantes Permanentes (CRP) tal como orientado pelo Conselho.

I. Preparação para a 2ª Cimeira África-América do Sul (ASA)

3. As iniciativas nesta área concentraram-se na intensificação de preparativos para a realização da 2ª Cimeira África-América do Sul (ASA) prevista para Novembro de 2008 na Venezuela e implementação do quadro de acção estabelecido na primeira Cimeira de ASA realizada em Abuja, Nigéria, em

Novembro de 2007, que foi ainda desenvolvido e aperfeiçoado pelo Mecanismo de Coordenação instituído pela Cimeira.

4. Conforme mencionado no ultimo relatório, o Mecanismo de Coordenação realizou duas reuniões em Caracas, Venezuela, de 16-17 de Julho de 2007, em Abuja, Nigéria, de 29-30 de Novembro de 2007, com o objectivo de definir um calendário de actividades para apoiar o processo de implementação e organizar a 2ª Cimeira. Uma terceira reunião do Mecanismo de Coordenação foi igualmente realizada em 9 e 10 de Junho de 2008 em Brasília, Brasil.

5. O calendário de actividades realçou a necessidade de tomar algumas medidas importantes. Primeiro, é necessário realizar uma reunião dos Ministros do Comércio da África e da América do Sul em Marrocos conforme foi indicado pela Cimeira de Abuja. Neste sentido, Marrocos propôs que a reunião fosse realizada em Marrakesh no Reino de Marrocos, de 17-20 de Junho de 2008. A proposta foi avaliada pela Comissão e distribuída aos Estados Membros da União para aprovação e consentimento. Os Ministros de Finanças discutiram a proposta durante a sua reunião em Adis Abeba em Abril e não colocaram nenhuma objecção à proposta de Marrocos. Por conseguinte, a reunião realizou-se tal como foi prevista. Ao Departamento de Comércio e Indústria da Comissão foi incumbida a responsabilidade de desempenhar o papel de ponto focal da reunião, levando em conta as razões que justificam a decisão da realização da reunião e as disposições pertinentes tanto na Declaração como no Plano de Acção de Abuja. O Departamento apresentará um relatório sobre os resultados da reunião de Marrakesh.

6. O Conselho pretende ainda salientar que na implementação da decisão do Mecanismo de Coordenação tomada em Abuja, Nigéria, em Novembro de 2007, devia ser realizada uma reunião de Altos Funcionários da África e América do Sul em Brasília, Brasil, de 9-12 de Junho de 2008. O objectivo desta reunião seria discutir e promover o acordo sobre o plano de implementação debatido pelas reuniões anteriores do Mecanismo de Coordenação realizadas na Venezuela e Abuja respectivamente, e acelerar o processo dos preparativos para a 2ª Cimeira de ASA na Venezuela em Novembro de 2008. Evocou-se que entre outras coisas, as reuniões do Mecanismo de Coordenação decidiram sobre a necessidade de reforçar e aperfeiçoar o Mecanismo de Coordenação para garantir acções mais intensas e recomendaram o estabelecimento de um "Secretariado Pro Tempore" (Secretariado rotativo) acolhido pelo país onde será realizada a próxima Cimeira durante o período da sua Presidência. A reunião de Altos Funcionários em Brasília debruçou-se sobre essas questões e fez propostas concretas sobre elas.

7. Além disso, o Governo de Venezuela, conforme foi decidido durante a Coordenação de Abuja em 20 e 21 de Maio de 2008, realizou um seminário de quadros técnicos para examinar as suas propostas sobre a criação de (a) Banco

do Sul; (b) Universidade do Sul; (c) Telesur e Rádio do Sul; e (d) Petrosur para a cooperação no domínio de energia. Peritos das CERs da África e a Comissão foram convidados pelo Governo de Venezuela e participaram no seminário. Espera-se que os resultados desse seminário conduzam à elaboração de propostas concretas que podem ser apresentadas à próxima Cimeira em Novembro de 2008.

8. Foram também feitas propostas destinadas a acelerar o ímpeto da cooperação através de actividades simbólicas dinâmicas incluindo intercâmbio desportivo, cultural e social, que devem começar com um torneio de futebol intercontinental que precederia a 2ª Cimeira de ASA, assim como a promoção de uma série de eventos culturais e sociais, nomeadamente interligações institucionais, sociais e culturais através da geminação de cidades, bolsas de estudo conjuntas e intercâmbio de programas de investigação entre as instituições educativas nas duas regiões.

9. Neste sentido, a Comissão da União solicitou os seus vários departamentos a apresentar propostas fundamentais nas áreas relevantes. As propostas foram consolidadas num documento de base que foi desenvolvido ainda através de consultas e estreita cooperação com o Sub-Comité de Assuntos Multilaterais do CRP com vista a definir a Agenda Africana para a reunião de Brasília. A associação do CRP com o processo prende-se com as exigências da Decisão do Conselho Executivo acima mencionada, mas também serviu para promover uma maior sensibilização que deu origem a uma vasta comunidade sectorial que enriqueceu o processo no seu conjunto.

10. Uma vez que o processo se intensifica para a organização da 2ª Cimeira de ASA em Novembro de 2008, o Conselho e a Conferência devem aproveitar a oportunidade proporcionada por esta Cimeira para prever os resultados esperados e como é que isso poderia apoiar a estratégia de maior implementação para a realização de resultados e o cumprimento dos objectivos que motivaram a criação desta parceria.

11. Finalmente sobre a Cimeira de ASA, o Conselho Executivo lembrou que as datas aprovadas para a segunda Cimeira foram as seguintes:

24-25	Novembro de 2008:	-	Reunião de Altos Funcionários;
26-27	Novembro de 2008:	-	Reunião de Ministros; e
28-29	Novembro de 2008:	-	Reunião de Chefes de Estado e de Governo

A Comissão espera que muitos países africanos participem na Cimeira em Caracas.

II. A Cimeira Africa – Índia

12. Com o objectivo de consolidar a parceria estratégica, a Cimeira Africa-Índia realizou-se em Nova Deli, Índia, de 8-9 de Abril de 2008. A reunião foi realizada em três níveis consecutivos – Altos Funcionários, Ministros e Chefes de Estado e de Governo. Importa realçar que o modelo de representação da Africa na Cimeira foi de acordo com o quadro estabelecido pela Cimeira da União Africana de Banjul e suas modificações, em relação às parcerias do continente – de um único país.

13. A Cimeira, que contou com a participação de vários líderes africanos que representam o continente, criou um Fórum Cooperativo Africa-Índia que deve reunir-se de três em três anos, além de encontros políticos de alto nível nos contextos bilaterais, regionais e multilaterais. Decidiu-se que a próxima Cimeira Africa-Índia será realizada em 2011 em Africa.

14. Além disso, a Cimeira elaborou dois documentos importantes sobre os resultados, nomeadamente, uma Declaração de Deli. A Declaração sublinhou os valores e laços históricos que estabeleceram um alicerce para as relações e o compromisso comum inerente à parceria e os desafios que devem ser superados. A Cimeira estabeleceu igualmente um Quadro de Cooperação Africa-Índia que destaca as principais áreas de cooperação e a essência dessa cooperação.

15. A principal dificuldade na Cimeira foi em relação ao quadro para a implementação da agenda de cooperação. A Índia preferiu contar com os quadros bilaterais e multilaterais já existentes. Enquanto que a Africa, por outro lado, insistiu que a parceria com o continente-único país devia valorizar de imediato os processos existentes e que, se não fosse o caso, a Cimeira Africa-Índia não teria nenhum sentido. Após discussão prolongada a nível de Altos Funcionários, sem se chegar a um acordo comum, os Ministros concordaram com a posição africana. A Cimeira decidiu então que “sem prejuízo dos programas em curso e futuros da Índia a nível das CERs e outros níveis, decidimos desenvolver conjuntamente, durante um período de um ano, um plano de acção conjunto e um mecanismo de seguimento adequado para a implementação do nosso quadro de cooperação.”

16. A questão agora reside em determinar o conteúdo do plano de acção e o que a Africa pretende obter numa relação mutuamente benéfica. É evidente a necessidade de a Comissão trabalhar em estreita ligação com o CRP e parceiros como BAD, CEA, etc, no sentido de definir uma agenda africana concreta que contribuirá para a elaboração do plano conjunto. Propõe-se que o CRP e a Comissão apresentem propostas sobre como estabelecer um plano de trabalho e calendário de actividades que satisfaçam as aspirações e solicitações da Declaração de Deli. Por conseguinte, devemos comprometer-nos com a Índia

para a determinação do plano de acções e de um mecanismo de implementação no prazo de um ano previsto no quadro da cooperação.

17. O grande destaque da Cimeira foi o anúncio pelo Primeiro Ministro Indiano de conceder:

- i. Plano especial de tarifas isentas de impostos aos Países Menos Avançados, dos quais 34 estão em África. Isto permitirá que o algodão, cacau, minérios de alumínio, minérios de cobre, castanhas de caju, cana-de-açúcar, roupas de pronto-a-vestir, filetes de peixe, etc, da África tenham acesso aos mercados da Índia;
- ii. Duplicação das linhas de crédito à África para 5,4 biliões de dólares americanos (US\$) durante os próximos cinco anos;
- iii. Aumento da quota de 1.600 vagas anuais para os africanos no sistema de formação técnica da Índia; e
- iv. A execução de projectos superiores a 500 milhões de dólares nos próximos 5-6 anos nas áreas de caminhos-de-ferro, TI, telecomunicações, produção de energia e conectividade física em África.

Os países africanos e as CERs devem tirar vantagem dessas disposições o mais breve possível.

18. Os documentos com os resultados da Cimeira, nomeadamente, a Declaração de Deli e o Quadro de Cooperação são incluídos como Anexo ao presente relatório.

III. Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento da África (TICAD) IV

19. Os preparativos continuaram de forma acelerada sobre o desenvolvimento de relações com o Japão no quadro do processo de TICAD. Os preparativos culminaram na reunião de TICAD IV realizada em Yokohama, Japão, de 28-30 de Maio de 2008. TICAD IV – a quarta na série que precederá a Cimeira G8 que se realizará igualmente no Japão em Julho de 2008. De acordo com a tradição, a reunião abordou questões nas áreas prioritárias do desenvolvimento africano, particularmente, a aceleração do crescimento económico, garantia da segurança humana incluindo a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), a consolidação da paz e democracia, bem como assuntos relativos às questões ambientais e alterações climáticas. A Comissão da União Africana esteve bem representada na reunião de TICAD IV com o Presidente a liderar a sua delegação. Os resultados essenciais da reunião devem ser apresentados separadamente ao Conselho e à Conferência.

20. O processo de preparação para a participação na TICAD IV levantou uma questão concreta sobre a importância da decisão de Banjul no que diz respeito à parceria continental – único país. Contrariamente ao caso da Índia, os

Japoneses enviaram convites aos vários Chefes de Estado Africanos que participaram na Cimeira. As questões foram então colocadas por alguns Estados Membros sobre a implicação desta situação em relação à decisão de Banjul. Da mesma forma, alguns Estados Membros até questionaram a representação da África na Cimeira com a Índia. Seria necessário que esta Cimeira avaliasse a situação e fizesse uma decisão apropriada sobre o seguimento para esclarecer se a Decisão de Banjul deve ou não continuar a ser aplicável nas futuras situações e como assegurar que os Estados Membros procedam em conformidade com a decisão.

IV. Cimeira África-Turquia

21. Os preparativos estão a ser intensificados no sentido de garantir a realização bem sucedida da Cimeira África-Turquia conforme orientação do Conselho. A realização da reunião está prevista para 17-21 de Agosto de 2008 em Istambul.

22. A Comissão continuou a trabalhar em estreita colaboração e consulta com o Comité dos Assuntos Multilaterais do CRP e o próprio CRP, para desenvolver e melhorar o projecto dos documentos com os resultados propostos pela Turquia, com vista a garantir uma posição africana coordenada que contribuirá para as deliberações na Cimeira. O processo envolverá igualmente consultas com o Grupo de Embaixadores Africanos/Chefes de Missão na Turquia.

23. Convém realçar que a parte da União Africana, constituída por Membros do Sub-Comité da Cooperação Multilateral e a Comissão, teve uma sessão de trabalho com uma delegação turca em Adis Abeba em Março de 2008 durante a qual se chegou a um acordo sobre os aspectos práticos da Cimeira. Uma outra sessão de trabalho deve ser realizada para a finalização do documento. Contudo, embora a Turquia tenha proposto que a sessão se realizasse antes da Cimeira da UA no Egipto em Junho/Julho, por razões de calendário da União, essa reunião será realizada imediatamente após a Cimeira.

24. Face à situação relativa à participação da África em TICAD IV, bem como as queixas acerca da participação na Cimeira África-Índia, a África tinha proposto que o modelo de representação africana nessa reunião devia ser em consonância com a decisão de Banjul. No entanto, a Turquia quer convidar todos os países africanos para a Cimeira pelo facto de ser a primeira entre a África e Turquia.

V. Proposta da Cimeira África – Irão

25. Como o Conselho deve recordar, o ex-Presidente da Comissão tinha informado o Conselho e a Conferência do desejo de envolver o Irão numa

parceria semelhante à existente com a Índia e a Turquia. Este interesse foi pela primeira vez despertado depois da participação do Presidente Iraniano na Conferência de Banjul quando ele se dirigiu aos seus homólogos africanos. A visita ao Irão pelo ex-Presidente e várias visitas à Africa incluindo Adis Abeba pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Iraniano e seu Adjunto responsável pelos Assuntos Africanos e Árabes reforçaram este desejo.

26. Na realidade, como se deve recordar, o Irão tinha solicitado que fosse realizada uma reunião em Teerão em Fevereiro do corrente ano para Altos Responsáveis a nível de Vice-Ministros. Pretendia que essa reunião fosse seguida pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros Africanos e Irão e depois uma Cimeira com os líderes africanos ainda este ano. Todavia a Comissão tinha informado as autoridades iranianas que antes da realização dessas reuniões entre o Irão e os líderes africanos, os órgãos executivos deviam dar a sua aprovação. De qualquer forma, o Irão foi informado que uma Cimeira neste ano seria impossível, por causa do calendário sobrecarregado de outras Cimeiras que a Africa tinha este ano. Por isso, em vez de uma reunião entre os Estados Membros da União Africana e Irão, a Comissão realizou uma visita de informação e preparatória a Teerão em 25 e 26 de Fevereiro de 2008.

27. Um relatório resumido dessa visita é anexado ao presente relatório. A visita foi no entanto extremamente útil, porque permitiu à Comissão explicar às autoridades iranianas a política de parcerias da União Africana, as medidas necessárias a serem tomadas antes do envolvimento numa parceria e as expectativas da União Africana em relação a essa parceria. Também proporcionou à Comissão o conhecimento das áreas em que a parceria com o Irão podia valorizar as relações da Africa com os parceiros, assim como o manifesto desejo do Irão de estabelecer uma verdadeira parceria com a Africa. A visita permitiu igualmente que a Comissão solicitasse a opinião do Grupo de Embaixadores Africanos em Teerão sobre o desejo do estabelecimento de uma parceria com o Irão e em que áreas essa parceria traria melhores benefícios à Africa.

28. As conclusões da Comissão depois da visita foram que uma parceria com o Irão é sem dúvida viável e desejável e deve ser efectivada. Como o parágrafo 17 do relatório anexo claramente indica, “ Irão tem enorme potencial e se as relações forem exploradas de forma adequada, podem trazer muitos benefícios para a Africa em muitas áreas, nomeadamente a promoção de comércio, energia, desenvolvimento e ciência e tecnologia. Uma parceria com o Irão é importante por causa das suas especificidades em não ser nem um país árabe nem asiático.” Além disso, uma parceria com o Irão daria uma oportunidade aos africanos de ter um efeito de moderação nesse país em relação ao seu papel no mundo.

29. Considerando o acima mencionado, o Conselho pode analisar a possibilidade de aprovação da proposta de estabelecer uma parceria com o Irão levando em conta o seguinte:

- i. essa parceria deve ser na base da decisão de Banjul ou como pode ser emendada;
- ii. a parceria é orientada para algumas áreas seleccionadas em que Irão tem uma comparativa vantagem e beneficiaria muito a Africa;
- iii. essa Cimeira deve realizar-se em 2009 numa data a ser determinada tomando em consideração os outros compromissos da União; e
- iv. preparação adequada deve ser feita que não só garantirá o sucesso da cimeira mas que também trará benefícios realizáveis para a Africa.

v. O Processo de Análise Global

30. O aspecto final da Decisão do Conselho incidiu na necessidade de realização de uma análise global de todas as parcerias existentes com vista a efectivamente implementar estratégias e planos de acção estabelecidos entre a Africa e seus parceiros internacionais, racionalizar o número de Cimeiras, identificar os critérios para essas parcerias e fazer recomendações necessárias ao Conselho e à Conferência. O CRP deve igualmente submeter as suas recomendações sobre o estudo anteriormente mencionado antes de iniciar qualquer nova parceria estratégica.

31. No quadro do processo de revisão, a Comissão tomou duas medidas importantes. Primeiro, qualquer solicitação de nova parceria deve ser seguramente situada no âmbito desta decisão. Assim, quaisquer pedidos de parceria serão necessariamente incluídos numa fase exploratória em que discussões serão realizadas com eventuais parceiros para a avaliação do valor acrescentado, se houver, da relação proposta, que será depois discutida com o CRP como um elemento do processo de avaliação mais amplo.

32. A Comissão iniciou o trabalho preparatório sobre o processo de uma análise global. O trabalho, que se prevê que seja concluído dentro de dois a três meses, será depois submetido aos órgãos políticos apropriados como uma medida de avaliação reconhecida que orientará as decisões políticas. A Comissão tenciona discutir os resultados com o CRP para a formulação de uma posição comum, a fim de permitir que um relatório conjunto seja submetido à próxima Sessão Ordinária do Conselho em Janeiro de 2009 para consideração e adopção.

vi. Conclusão

33. O desenvolvimento de Parceria Estratégica da Africa com o mundo no âmbito da União Africana continua de forma acelerada. A ênfase é orientada em

três direcções. A primeira, é fazer o seguimento e reforçar as relações existentes para lhes permitir cumprir promessas e integrar-se com sucesso nos esforços de desenvolvimento global da Africa. A segunda, é garantir coerência e complementaridade em e entre estas relações no quadro do processo de reforço. O processo de revisão global é uma parte essencial desta iniciativa e a decisão de racionalizar e modernizar o padrão das relações integra o esforço. A harmonização da rede mais ampla de parcerias estratégicas implica que novas relações devem ser necessariamente complementar e melhorar o que já existe. Por isso, não existe nenhuma recompensa na criação de uma parceria em interesse próprio, porque essa parceria, por definição, não pode ser estratégica.

34. A terceira é um desejo implícito e necessário de harmonizar os instrumentos e quadro institucional que devem coordenar esta relação no âmbito da União e entre a União e seus parceiros individual e colectivamente. A criação de ligações necessárias entre estes objectivos acentuaria e reforçaria o perfil crescente da União Africana na integração global e promoveria uma situação por meio da qual o seu quadro de parcerias estratégicas originaria efeitos multiplicadores para o crescimento e desenvolvimento no continente.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, ETIÓPIA

P. O. Box 3243

Telephone : 011-551 7700
3036

Fax : 011-551

website : www.africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO
DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
24 – 28 DE JUNHO DE 2008
SHARM-EL-SHEIKH, EGITO**

**EX.CL/421 (XIII)
Anexo**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES SOBRE A VISITA EXPLORATÓRIA
DA DELEGAÇÃO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA A
TEERÃO, REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃO, EM PREPARAÇÃO
DA PROPOSTA CIMEIRA DO FÓRUM ÁFRICA-IRÃO**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES SOBRE A VISITA EXPLORATÓRIA DA
DELEGAÇÃO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA A TEERÃO, REPÚBLICA
ISLÂMICA DO IRÃO, EM PREPARAÇÃO DA PROPOSTA CIMEIRA DO
FÓRUM ÁFRICA-IRÃO**

Introdução

Uma delegação da Comissão da União Africana (CUA) visitou Teerão, República Islâmica do Irão, entre os dias 23 e 27 de Fevereiro de 2008. Durante a sua estadia, Sua excelência Manoochehr Mottaki, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irão, recebeu a delegação da UA. Esta reuniu-se também com Suas Excelências Bagheri e Talari, Vice-Ministros para os Países Africanos e Árabes e dos Assuntos Económicos, respectivamente.

2. A visita tinha como objectivo recolher informação sobre o Irão e explorar as perspectivas e possibilidades de uma cooperação entre a África e o Irão, em linha com as decisões e os objectivos estabelecidos pelos órgãos decisores da União Africana (EX.CL/Dec.397 (XII)). Devia definir o conteúdo de uma eventual parceria, os princípios que a iriam nortear, e ainda identificar as eventuais áreas de cooperação. O encontro com os altos funcionários iranianos teve também como objectivo explorar como promover e aprofundar cooperação, e estabelecer um mecanismo para acção conjunta incluindo projectos colaborativos em áreas específicas.

Questões Discutidas

A. Áreas de Cooperação

3. Depois de acordarem em alguns dos princípios da cooperação, nomeadamente o respeito pelo princípio da soberania, justiça, dignidade humana, cultura de paz e tolerância, bem como o desenvolvimento de um sistema internacional caracterizado pelo multilateralismo, as duas partes identificaram as seguintes áreas de eventual cooperação:

i) Questões Políticas e Internacionais

4. A reunião evocou a cooperação entre a África e o Irão em organismos e organizações internacionais, particularmente as Nações Unidas, e apelou para o reforço dessa cooperação em linha com os interesses mútuos dos seus Estados e povos. Nesse contexto, as duas partes comprometeram-se a considerar posições conjuntas, vis-a-vis questões de interesse mútuo, incluindo a paz e segurança internacionais, o desenvolvimento, a erradicação da pobreza, o multilateralismo, o combate a doenças contagiosas, a protecção do meio ambiente, a diversidade cultural, etc.

ii) Questões Económicas e Sociais

5. A reunião identificou as seguintes áreas que podiam servir de base para cooperação:

I. Infraestruturas

- Construção de estradas;
- Construção de pontes;
- Construção de barragens e de projectos de geração de energia; e
- Construção de linhas-férrreas.

II. Energia

- Participação no Fundo Africano do Petróleo;
- Construção de refinarias regionais e reforço das já existentes;
- Estabelecimento de depósitos petrolíferos regionais em África;
- Construção de oleodutos;
- Construção de complexos/plantas petroquímicas; e
- Tecnologia de extracção e exploração do petróleo e do gás.

III. Telecom, TIC e Media

- Redes de banda larga (fibras ópticas); e
- Rede pan-africana da rádio e TV.

IV. Comércio e Indústria

- Melhoramento do volume e da estrutura do comércio;
- Promoção do investimento e do mecanismo apropriado para financiamento (empreendimentos conjuntos, facilidades de cooperação bancária, evitar a dupla imposição de taxas, cooperação aduaneira, protecção do investimento, tarifas preferenciais, redução do risco, etc.)
- Padronização, controlo de qualidade e metrologia;
- Estabelecimento de Câmaras de Comércio e Indústria conjuntas;
- Cooperação entre centros de promoção do comércio;
- Processamento e manufactura; e
- Cooperação nas indústrias extractivas e de mineração.

V. Ciência e Tecnologia, Inovação

- Investigação Básica;
- R&D; e
- Cooperação entre universidades e centros de investigação.

VI. Saúde

- Estabelecimento de indústrias farmacêuticas regionais;
- Estabelecimento, equipamento e serviço de centros de excelência médicos regionais; e
- Cooperação no combate a doenças epidémicas (VIH/SIDA, malária, etc.)

VII. Protecção Ambiental e Agricultura

- Gestão da água e dos dejectos hídricos;
- Combate à desertificação e à poluição;
- Sistemas de irrigação; e
- Sistemas de drenagem.

VIII. Educação e Reforço de Capacidades

- Educação, formação e assistência técnica em todas as áreas de cooperação identificadas, incluindo as da diplomacia, da gestão, vocacional, etc.; e
- Partilha de informação e do conhecimento.

B. Formato do Fórum

6. Durante o encontro, a parte iraniana propôs que o Fórum devia ter lugar a três níveis, nomeadamente a Cimeira, Ministerial e Funcionários Seniores. A Delegação da CUA aceitou a proposta na medida em que se conformava com a prática aplicada com outras parcerias. Todavia, ambas as partes acordaram que o maior volume do trabalho preparatório da Cimeira do Fórum seria assumido pelos funcionários seniores.

C. Nível de Participação

7. No tocante ao nível de participação no Fórum, a parte da UA indicou que, caso a Cimeira seja aprovada pelos seus Estados Membros, a participação africana seria conforme a decisão da Assembleia da UA emanada da Cimeira de Banjul, de 2 de Julho de 2006 (Assembly/AU/3 (VII)), que preconiza que uma reunião da Cimeira entre a África e um único país parceiro deve contar com a participação dos seguintes:

- Presidente em Exercício da UA;
- Presidente imediatamente cessante da UA;
- Presidente da Comissão da UA;
- Presidentes das 8 Comunidades Económicas Regionais reconhecidas;
- Presidente do Comité de Implementação de Chefes de Estado e de Governo da NEPAD (CEGCI-HSGIC); e
- Líderes dos 5 países iniciadores da NEPAD.

8. A Delegação da CUA indicou também que, ao nível ministerial, a representação seria ao nível dos ministros dos negócios estrangeiros dos países que participariam na Cimeira, enquanto que dos funcionários seniores podia ser aberta a todos os Estados Membros da UA que pretendessem participar, a fim de garantir a inclusividade. A delegação da UA frisou que muito embora nem todos os 53 Chefes de Estado e de Governo, e seus ministros não fossem participar, os presentes representariam o Continente inteiro.

9. Na sequência dessa informação, a parte da UA quis saber qual seria o nível de participação da parte iraniana, ao que foi informada que a representação iraniana, ao nível dos funcionários seniores, seria encabeçada pelo Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros para os Assuntos Africanos e Árabes, assistido por funcionários de alto nível dos pertinentes ministérios. Foi também indicado que ao nível ministerial a delegação seria encabeçada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, assistido pelos seus colegas dos relevantes ministérios, enquanto

que a Cimeira envolveria o Presidente iraniano, para além dos ministros e dos altos funcionários considerados apropriados.

D. Documento Final das Deliberações

10. Durante o encontro, a delegação iraniana procurou esclarecimento sobre qual seria o documento final das deliberações da Cimeira do Fórum. Porém, e na sequência da intervenção da parte da UA, o encontro acordou que o carácter e a natureza do documento final seriam objecto de um debate futuro à medida em que o trabalho preparatório ia progredindo.

E. Reunião Preparatória de Seguimento

11. Sobre esta questão, ambas as partes acordaram na necessidade de uma reunião preparatória de seguimento. O local e a data do próximo encontro seriam fixados depois de consultas entre a UA e seus órgãos, bem como entre as duas partes. Todavia, a delegação da UA sublinhou que antes da realização desses encontros os Estados Membros da UA iriam pronunciar-se sobre as propostas que seriam feitas em resposta à Decisão do Conselho Executivo antes referida.

Reunião com o Grupo dos Embaixadores Africanos em Teerão

12. Por iniciativa da delegação da UA, houve um encontro com o Grupo dos Embaixadores Africanos acreditados junto da República Islâmica do Irão, às 10h00 do dia 24 de Fevereiro de 2008, antes do encontro com os oficiais iranianos. Esse encontro teve lugar na Chancelaria da Embaixada da Sierra Leone em Teerão, e tinha como objectivo informar o Grupo sobre a missão da Delegação e ouvir das suas experiências individuais e colectivas como importantes contributos que iriam nortear a Delegação no seu previsto encontro com os oficiais iranianos. A Delegação recordou o Grupo que a sua visita era exploratória e indicou que o Irão não tinha adiantado nada de específico para discussão.

13. Posto isso, a Delegação informou o Grupo sobre o estado das parcerias da UA desde os dias da OUA, começando com a mais antiga e tradicional parceria com a União Europeia e o percurso que levou às duas cimeiras que até agora tiveram lugar entre as duas partes; o Fórum de Cooperação África-América do Sul, cuja primeira cimeira teve lugar em Abuja, Nigéria, em Novembro de 2006, e a segunda cimeira prevista para Caracas, República Bolivariana de Venezuela, em Novembro de 2008. Os outros arranjos de parceria relacionavam-se com países individuais como o Japão sob TICAD, a China, Índia e Turquia. A Cimeira com a Índia teve lugar em Abril de 2008, depois da visita exploratória a Teerão, Irão, enquanto que a Cimeira com a Turquia terá lugar em Agosto de 2008. Para além disso, a UA tinha outras parcerias tais como a Cimeira Afro-árabe que já realizou um primeiro encontro, estando-se à espera do segundo, e o Fórum Afro-asiático que teve lugar em 2004. Ademais, a UA tem também parcerias com organizações internacionais como sejam a Organização Internacional da Francofonia, a Commonwealth e a Organização de Estados Americanos (OEA), com as quais a UA concluiu Memorandos de Entendimento.

14. O Grupo foi informado que a política de parceria da UA não pretendia substituir as relações bilaterais que os Estados Membros têm com organizações e países, mas sim reforçá-las e proteger os seus interesses. Para o efeito, a Delegação da UA procurava obter informação dos Chefes de Missão Africanos sobre as suas relações bilaterais com o Irão, partilhar suas experiências e recolher as suas opiniões sobre o proposto estabelecimento de uma parceria com o Irão. Isso era importante porque sendo representantes da África em Teerão, eles estavam melhor posicionados para compreender aquele país, que contribuições é que podia fazer a uma parceria com a África e que contribuições singulares é que essa parceria poderia trazer para a África.

15. Em resposta, os membros do Grupo fizeram vários comentários e observações para situar a Delegação, tal como se segue:

- i. Que o Irão estava a confrontar-se com crescente isolamento como resultado das sanções impostas pelo Ocidente e que estava ansioso em fazer amizades e que estava, neste contexto, atraído à África não obstante a sua política eurocêntrica;
- ii. A cooperação que se propõe deve ser futurista e deve ter presente a necessidade de uma avaliação crítica do que o Irão tem para discussão. Foi indicado que embora o Irão esteja neste momento sob sanções, estas eram temporárias e que poderia não se esquecer da África;
- iii. A África deve apresentar projectos específicos que o Irão deverá executar no quadro do arranjo da parceria, ao invés de ter que contratar projectos ao Irão para os quais ela deve pagar;
- iv. O Irão usa instrumentos de crédito a curto prazo orientados à exportação, ao invés dos a longo prazo., e devia encorajar-se o estabelecimento de mecanismos financeiros apropriados para assistir a África; e
- v. A África deve levar a cabo uma avaliação da existente cooperação bilateral entre o Irão e países africanos individuais, para garantir que os mesmos sejam honrados.

16. Para além dos preparativos para a proposta Cimeira do Fórum África-Irão, a Delegação também informou o Grupo sobre o estado da União Africana e as actividades da Comissão.

Conclusão

17. A missão exploratória da Delegação da CUA a Teerão foi produtiva. Revelou o empenhamento e a determinação firmes da República Islâmica do Irão a um relacionamento holístico e compreensivo com a África. Ciente da necessidade de angariar novas amizades, o Irão pode aproveitar-se da África para exhibir a sua recém adquirida estatura na comunidade internacional, forjando

um relacionamento singular, equilibrado e benéfico com a África. Sem dúvidas que o Irão possui imensos potenciais e se o relacionamento for devidamente aproveitado podia trazer bons resultados para a África em diversas áreas, nomeadamente o comércio, o desenvolvimento energético e a ciência e tecnologia. Uma parceria com o Irão é singular dada a sua qualidade única de não ser nem um país árabe, nem asiático.

18. Mais importante ainda é a vontade manifesta do Irão de usar as suas embaixadas nos países vizinhos para prestar serviços aos países africanos que lá não tenham representação. Nesse contexto, é necessário que ambas as partes expandam as suas relações diplomáticas com a abertura de novas missões, como uma forma de encorajar o contacto e a interacção entre pessoas aos vários níveis das suas sociedades.

19. Ao mesmo tempo que o Irão nutre uma política eurocêntrica nas suas relações internacionais, a África deve aproveitar o momento e a oportunidade que lhe são oferecidos pela circunstância com que o Irão se confronta. Nisso, a África deve insistir num relacionamento estruturado e benéfico isento de condicionalismos, e que vise a realização de projectos específicos. Para se evitarem os lapsos experimentados nas relações bilaterais que o Irão tem com países africanos individuais, convém que o arranjo de cooperação a ser estabelecido inclua uma cláusula que encoraje o respeito pelos acordos contratuais. De igual modo, deve ser considerada a possibilidade do desenvolvimento de um mecanismo apropriado para a promoção do comércio e a salvaguarda do investimento através de facilidades de cooperação bancária, da protecção do investimento, de tarifas preferenciais, da redução do risco e de outros pertinentes instrumentos.

2008

Relatório Sobre Parcerias Estratégicas Da União Africana Com O Japão (Ticad Iv), China, América Do Sul, Índia, Turquia E Irão

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3823>

Downloaded from African Union Common Repository